

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	7
SUMÁRIO EXECUTIVO	11
ABSTRACT	13
ÍNDICE DE SIGLAS DE PERIÓDICOS E ABREVIATURAS	15
ÍNDICE DE SÍMBOLOS LÓGICOS	17
INTRODUÇÃO.	27
§ 0.º APROXIMAÇÃO AO TEMA E DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DA TESE	27
§ 1.º OBJECTO, ESCOLHA METODOLÓGICA E APARATO CONCEPTUAL	39
1.1. Aspectos introdutórios	39
1.2. A ciência jurídica e o positivismo normativista.	43
1.2.1. O positivismo jurídico metodológico	45
1.2.2. Um modelo normativista suave de ciência jurídica	54
1.3. A relevância da linguagem e da metalinguagem descritiva no domínio da ciência jurídica	66
1.4. A estrutura do raciocínio jurídico e sua justificação	83
1.4.1. O conceito de raciocínio jurídico enquanto silogismo jurídico.	87

1.4.2. A justificação interna e externa do raciocínio jurídico	103
1.5. Indeterminação, objectividade, casos difíceis e desacordos	112
1.5.1. A indeterminação e a objectividade no direito	113
1.5.2. A distinção entre casos fáceis e casos difíceis	132
1.5.3. Os desacordos teóricos e sua relevância jurídica	144
1.6. O sub-sistema jurídico-constitucional como objecto de estudo	161

PARTE I
AS CONDIÇÕES NORMATIVAS PARA A PONDERAÇÃO –
DERROTABILIDADE, CONFLITOS COM NORMAS DE DIREITOS
FUNDAMENTAIS E PARTICULARISMO JURÍDICO

§ 2.º NORMAS JURÍDICAS, RAZÕES PARA A ACÇÃO E DERROTABILIDADE NORMATIVA	183
2.1. Aspectos introdutórios	183
2.2. Conceito de norma jurídica	187
2.2.1. Aspectos gerais	187
2.2.2. A natureza ontológica das normas	192
2.2.3. A estrutura das normas jurídicas	202
2.2.3.1. A estrutura normativa tripartida: previsão, operador deontico e estatuição	203
2.2.3.1.1. A previsão: condições de aplicação, generalizações indutivas e universais deonticos	205
2.2.3.1.2. As modalidades deonticas	224
2.2.3.1.3. A estatuição normativa	229
2.2.4. Modalidades de normas	232
2.2.4.1. A distinção entre normas de regra e normas de princípio	237
2.2.4.1.1. Critérios de natureza linguístico-sintáctica	242
2.2.4.1.2. Critérios de natureza semântica	244
2.2.4.1.3. Critérios de natureza pragmática	246
2.2.4.1.4. Critérios de natureza lógico-sintáctica	252
2.2.4.1.5. As condições de identidade dos princípios: a inespecificidade e a genericidade	260
2.2.4.2. A distinção entre princípios materiais e princípios formais	281
2.3. As razões para a acção	290
2.3.1. Aspectos gerais	290
2.3.2. As diferentes funções das razões para a acção	294

2.3.3. As razões normativas para a acção.	297
2.3.4. A ontologia das razões: factos ou estados mentais?	305
2.3.5. Modalidades, conflitualidade e dimensão de peso ou força das razões	307
2.3.5.1. Conflitualidade e ponderação de razões de primeira ordem	309
2.3.5.2. Razões de primeira e de segunda-ordem: as razões excludentes	315
2.3.6. Quadro taxonómico das razões	318
2.4. A normalidade applicativa e a derrotabilidade normativa.	320
2.4.1. Aspectos gerais	320
2.4.2. Universo de casos e relevância jurídica.	325
2.4.3. A applicabilidade normativa e as condições para a normalidade applicativa	331
2.4.3.1. O conceito de applicabilidade normativa	331
2.4.3.2. As condições para a normalidade normativa – normas como <i>defaults</i>	338
2.4.4. A derrotabilidade normativa.	343
2.4.4.1. O conceito de derrotabilidade	343
2.4.4.2. Derrotabilidade externa e interna	349
2.4.4.3. Rejeição da derrotabilidade interna enquanto tese das excepções implícitas e da derrotabilidade extra-sistémica.	357
2.4.5. A derrotabilidade externa como propriedade disposicional das normas no contexto do raciocínio jurídico	362
2.4.5.1. A tese da derrotabilidade externa como propriedade disposicional necessária das normas	362
2.4.5.2. A derrotabilidade no contexto do raciocínio jurídico e as modalidades da derrotabilidade refutativa e amputativa.	381
§ 3.º SISTEMA JURÍDICO, CONFLITOS NORMATIVOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS	
3.1. Aspectos introdutórios.	397
3.2. O conceito de conflito normativo	400
3.2.1. Aproximação definitiva ao conceito de conflito normativo	400
3.2.2. A distinção entre a interpretação de enunciados normativos e a resolução de conflitos normativos	408
3.3. As condições para a existência de conflitos normativos	411
3.3.1. Aspectos gerais	411
3.3.2. A sobreposição das previsões normativas	412

3.3.3. A incompatibilidade de efeitos jurídicos: a contradição deontica . . .	416
3.4. As tipologias de conflitos normativos	423
3.4.1. As modalidades de contradições normativas a partir das relações de âmbito previsivo	423
3.4.2. A rejeição da singularidade dos conflitos normativos de tipo parcial-parcial como conflitos meramente contingentes, práticos e concretos	434
3.5. Resolução intra-sistémica e extra-sistémica de conflitos normativos . .	450
3.5.1. Aspectos gerais	450
3.5.2. Resolução de conflitos normativos intra-sistémica.	460
3.5.2.1. Normas de resolução de conflitos de primeiro grau: superioridade hierárquica, especialidade e posterioridade . . .	460
3.5.2.2. Conflitos entre normas de resolução de conflitos e normas de resolução de conflitos de segundo grau	470
3.5.3. Resolução de conflitos normativos extra-sistémica	472
3.5.3.1. Delimitação dos conflitos normativos irresolúveis intra-sistemicamente	472
3.5.3.2. A ponderação como meio residual de resolução de conflitos; remissão	477
3.6. Conflitos com normas de direitos fundamentais	479
3.6.1. Aspectos gerais	479
3.6.2. Aproximação a uma teoria geral dos direitos fundamentais	480
3.6.2.1. As normas de direitos fundamentais	480
3.6.2.2. As posições jurídicas conferidas por normas de direitos fundamentais	495
3.6.2.2.1. O conceito de direito a partir da grelha de análise <i>hoffeldiana</i>	502
3.6.2.2.2. O conceito de direito fundamental	527
3.6.3. Direitos fundamentais, conflitos normativos e derrotabilidade: restrições a direitos fundamentais	552
3.6.3.1. O conceito de restrição normativa	552
3.6.3.2. Normas constitucionais regulativas das restrições normativas: a desnecessidade da justificação constitucional expressa e a proibição de afectação do conteúdo essencial . . .	566
3.6.4. Conflitos com normas de direitos fundamentais: os conflitos constitucionais	584
3.6.4.1. Afirmação dos conflitos constitucionais na rejeição dos modelos não conflitivistas ou coerentistas	584
3.6.4.2. A definição dos conflitos constitucionais – identidade ou singularidade?	599

3.6.4.3. Os conflitos com normas de direitos fundamentais como dilemas constitucionais	604
3.6.4.4. Modalidades de conflitos constitucionais com normas de direitos de liberdade e com normas de direitos sociais . . .	621
3.6.4.4.1. Conflitos com normas de direitos de liberdade	622
3.6.4.4.2. Conflitos com normas de direitos sociais	624
§ 4.º ENTRE A OPACIDADE E A TRANSPARÊNCIA: MODELOS DE DECISÃO COM BASE EM NORMAS E EM RAZÕES.	
4.1. Aspectos introdutórios.	629
4.2. Normas e razões para a acção: entre o paradoxo da irracionalidade e o paradoxo da irrelevância no seguimento das normas	632
4.2.1. Uma possibilidade de solução: a tese <i>raziana</i> das razões preemptivas.	637
4.3. O raciocínio jurídico na encruzilhada do universalismo e do particularismo.	662
4.3.1. O universalismo e o particularismo em geral	664
4.3.2. O universalismo e o particularismo no domínio jurídico: a importância dos conceitos de derrotabilidade, princípios e razões para a acção	671
4.3.3. Modelo misto de decisão jurídica: universalismo por <i>default</i> e particularismo decisório local	684